

1 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**  
2 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM  
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'B' - Palácio das Araucárias  
4 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná  
5



### Assembleia Ordinária

### Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

9 CEDM/PR 19/05/2015

10 Aos dezoito dias do mês de maio do ano de 2015, às 8h30min. em primeira convocação, no auditório do  
11 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, sita no Palácio das  
12 Araucárias, na Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba -PR, foi dado início à  
13 Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, para a qual as Conselheiras  
14 foram previamente convocadas. Já as 9h00, com o plenário composto em maior número, a Presidente  
15 Conselheira Rafaela Marchiorato Lupion Mello, representante da Casa Civil, procedeu a abertura do evento  
16 saudando as presentes, lendo em seguida a convocação. Apreciação da pauta - APROVADA, com a  
17 inclusão de um item que abordará o Regulamento da Conferência. O ponto seguinte foi a auto-apresentação  
18 das Conselheiras, com o anúncio dos nomes e sua respectiva representatividade. Estavam no recinto as  
19 Conselheiras Viviane A. Ribeiro Santos (SETI), Marli V. Mussulini (Superintendência do Trabalho-SEDS),  
20 Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do Paraná), Melissa Colbert Bello (SEED), Jussara Ribeiro  
21 (SEAB), Elaine F. Galvão (Rede Feminista de Saúde), Rafaela M. Lupion Mello (Casa Civil), Maria Lucia  
22 Gomes (ASSEMPA), Terezinha B. Pereira Ramos (SEDS), Rosalina Batista (ASSEMPA), Angelina Metska  
23 Balaguer (SEEC), Maria Isabel Correa (UBM-PR), Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS), Tânia  
24 Mara Queiroz Ribas (SEIM), 13 Conselheiras Ouvintes – Rosane Maria Schofachek Maciel (Casa Civil),  
25 Edenilson Maia (SEAE) °Informes da Secretaria Executiva Terezinha Ramos (Assessoria Especial de  
26 Políticas para Mulheres/SEDS) °Recebido o comunicado de licença médica da Secretaria Executiva desse  
27 Colegiado, Aldameri Imthurm, °Justificativa de ausência da Conselheira Fabiana Roque Nogueira (Ylê Axé  
28 Ópo Omim), por motivo de luto. °Recebida a justificativa de ausência das Conselheiras Regina Bley e Hellen  
29 Oliveira Carvalho °Informou-se sobre o encaminhamento do ofício dirigido à Câmara Municipal de Curitiba  
30 protocolado em 24/04. A Conselheira Terezinha Pereira Ramos também responsável pela Assessoria  
31 Especial dessa Política na SEDS, veio a informar que uma reunião específica ocorreu no último dia 15,  
32 quando foi trabalhado um texto-base pelo técnico Thiago Soares, preparando os itens do Regulamento da  
33 IV Conferência, a ser colocado em apreciação. Tendo em vista algumas ponderações relativas à data  
34 escolhida, uma busca foi realizada visando possibilitar locar um outro espaço, que abrigasse 800  
35 Convencionais. Registrando essa dificuldade, foi deixado claro que a escolha da data ainda está em aberto.  
36 Agradecimentos foram dirigidos às três advogadas representantes da OAB-PR, que em muito contribuíram  
37 na referida reunião. - Próxima Reunião – dia 17/06. °Análise do Regulamento da IV Conferência  
38 Estadual dos Direitos da Mulher- O texto foi projetado na tela, sendo consensuado que os tópicos seriam  
39 lidos pela Presidente, com o registro dos destaques das Conselheiras, para pós-análise. °Registrada a  
40 chegada das Conselheiras Marcia Huçulak (SESA, Josiane Ferreira Liz (Federação das Mulheres do  
41 Paraná), Técnica Solange Ilivinski (SEDS), Delcinéia W. Serconhuk (FETAEP), Delegada Eunice Vieira  
42 Boname (SESP). Essa plenária contou, ainda, com a presença de diversos visitantes, a saber: - Patrícia

43 Stratmann (SEDS/APCD), Nisimeri Borges dos Santos (Igreja Rancho Profetas), Maria da Paz Basso (União  
44 de Mulheres Líderes Comunitárias de Curitiba), Luci A. R. Belão (Secretaria da Mulher de Curitiba), Sandra  
45 Lia Bazzo (CEVIGE/OAB/PR), Sueli P. De A. Coutinho (UBM-PR), Alaerte Leandro Martins (Rede feminista  
46 de Saúde), Jaqueline Maxwell (Assoc. Fênix). Na sequência, a Conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA)  
47 procedeu alguns questionamentos, sobre a realização do evento em Municípios onde não haja Conselho  
48 Municipal. Como garantir a inscrição da Delegada? Segundo a Conselheira e Assessora Especial/ SEDS  
49 Terezinha Ramos, no passado, foi muito positivo trabalhar com as Associações de Municípios. Experiente  
50 com a realização de Conferências da Saúde, a Conselheira Márcia Huçulak (SESA) ponderou que 80% dos  
51 Municípios tem menos de 20 mil habitantes. Além disso, vive-se na atualidade, uma grave crise de recursos.  
52 Assim, talvez realizar Conferência Regional, em que diversos Municípios participariam. °Registrada a  
53 chegada da Conselheira Eliana Maria dos Santos (CUT). Considerando os aspectos mencionados, a  
54 Conselheira Rosalina (ASSEMPA) ressaltou que na reunião da semana passada, discutiu-se o Regimento  
55 Nacional. Apontou a necessidade urgente de mobilizar os Municípios, principalmente aqueles que possuem  
56 reservas indígenas ou outros povos tradicionais (ribeirinhos, ciganos, faxinalenses, quilombolas etc).  
57 Lembrou que as Regionais de Saúde atuam com essas comunidades, assim poderia haver uma expressiva  
58 colaboração. Assegurou, ainda, que na sua opinião o melhor seria trabalhar com Conferências Regionais.  
59 Pedindo a palavra, a Conselheira Josiane Ferreira Liz (Fed. De Mulheres do Paraná) citou que em Fazenda  
60 Rio Grande houve o chamamento para a Conf. Municipal em Curitiba numa regional com a adesão de 17  
61 Municípios. Participou da Região Metropolitana e a dificuldade maior é o trato com os Prefeitos. Avaliou que  
62 os Municípios precisam ser cobrados e na impossibilidade da realização, parte-se para as Regionais.  
63 Destacou a Conselheira Márcia Huculak (SESA) que é possível pensar nos dois caminhos: - Conferências  
64 Municipais e/ou Regionais. É necessário pensar nos Municípios menores, nos quais não se tem nenhuma  
65 liderança local para estimular e promover. Já em evento Regional, o Município poderá participar. Abrindo um  
66 espaço, a Conselheira Terezinha Pereira Ramos (Assessoria Especial de Políticas para Mulheres/SEDS),  
67 mencionou que em Maringá, quando a Comissão percebeu as dificuldades do Municípios de pequeno porte,  
68 partiu-se para as Associações dos Municípios. Os prefeitos foram convocados e todos compareceram para  
69 uma Conferência Regional, com a participação de 36 Municípios. Foi ainda evidenciado que entre a  
70 realização de diversas Conferências (Saúde, Criança e outras) a da Mulher é a menos considerada.  
71 Particularmente, a Conselheira Terezinha aprofundou que defende partir para Conferências Municipais ou  
72 Regionais. Aliado a isso, comentou-se que a Prefeitura de Maringá bancou toda a estrutura e os Prefeitos  
73 trouxeram as delegadas, além do que as Associações de Municípios possuem recursos. Representando a  
74 CUT, a Conselheira Eliana citou que o papel do Conselho é incentivar para que esses eventos aconteçam  
75 com o auxílio dos Escritórios Regionais nessa articulação. Utilizar a TV Educativa objetivando uma efetiva  
76 divulgação, lembrando sempre que as usuárias dessa Política devem participar. °**Registrada a chegada da**  
77 **Sra. Maria da Paz Basso, representando a União de Mulheres Líderes Comunitárias de Curitiba.** Entre  
78 alguns comentários, a Conselheira Maria Isabel (UBM) demonstrou que as mulheres dos Municípios  
79 menores têm carências muito mais significativas. Por outro lado, a Conselheira Márcia Huçulak reforçou que  
80 o comparecimento no evento estadual, dependerá da participação no Municipal. Caso o Gestor não puder  
81 promover, que organize a Regional pois a ideia é justamente ampliar a participação. Com o intuito de  
82 analisar as planilhas do Regulamento da Conferência e sair com o texto fechado, partiu-se para a

83 construção da nova redação, quando necessário. A medida que foram lidos, os Conselheiros deram as suas  
84 contribuições nos artigos passíveis de alteração, sendo posteriormente aprovados. (Exemplo:- Conferências  
85 Municipais e/ou Regionais, sistematização a ser efetuadas pelos escritórios Regionais, com apoio das  
86 Comissões Organizadoras das Conferências enviar documentos originais, etc). **°Nomenclatura: IV**  
87 **Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. ° Na sequência, foram abordadas  
88 algumas dúvidas sobre a classificação quanto ao porte dos Municípios e o respectivo número de habitantes.  
89 Presente no plenário como ouvinte, a técnica Solange (SEDS) mostrou-se disponível para informar esse  
90 detalhe aos Conselheiros. °Municípios Porte 1- de 1 a 20 mil habitantes. °Municípios Porte 2- de 20 mil a 50  
91 mil habitantes. °Médio Porte- de 50 mil à 100mil habitantes. °Grande Porte- de 100 mil a 900 mil habitantes.  
92 °Metrópole- acima de 900 mil habitantes. (Dados da Política Nacional Pactuados na CIT) **°Aprovado o**  
93 **Regulamento da Conferência por unanimidade. °Lançamento do Almanaque D'ELAS- Rede Feminista**  
94 **de Saúde, a cargo da conselheira Elaine Galvão**. No seu preâmbulo, a Conselheira Elaine agradeceu a  
95 oportunidade da inclusão desse item na pauta do dia. Destacou que se trata de uma articulação nacional,  
96 integrada por pesquisadores, na verdade um movimento político e Cultural que objetiva transformar as  
97 relações entre homens e mulheres, no sentido de emancipá-las. A rede propôs essa publicação em parceria  
98 com a Casa da Mulher Catarina e Elás fundo de Investimento Social. Com algumas críticas ao feminismo e  
99 a visão de que é algo ultrapassado, os seus textos procuram mostrar que ele é atual e necessário. O  
100 referido almanaque é algo que faz parte da história cultural do Brasil, transmitindo com leveza e bom humor  
101 as informações. Nesse compêndio encontra-se o resgate do movimento feminista no mundo. No seu papel,  
102 a Conselheira Elaine Galvão agradeceu a oportunidade e anunciou a entrega simbólica de exemplares à  
103 Presidente Rafaela, às Conselheiras do Poder Público, à Conselheira Maria Isabel (UBM), representando as  
104 Conselheiras da Sociedade Civil e a Sra. Alaerte Leandro Martins, da rede Feminista de saúde. O plenário  
105 recebeu exemplares do bonito almanaque e esse momento foi documentado com inúmeras fotos. Numa  
106 decorrência direta, a Presidente da CEDM, Conselheira Rafaela Lupion Mello, agradeceu o ensejo do  
107 Colegiado ter ciência desse conteúdo, parabenizando os promotores pelo rico material que promove um  
108 efetivo olhar e conscientização voltados para essa questão. Na sequência, a Conselheira e Assessora  
109 Especial da Política, Terezinha Pereira Ramos pediu um aparte, lembrando que fecharam se as discussões  
110 sobre o Regulamento da Conferência, deixando de fora e não contemplando, as hospedagens e  
111 alimentação para as Delegadas na Conferência Estadual. Diante do exposto, houve concordância do  
112 plenário em abrir na tela, o item Realização da Conferência e renumerar os artigos abordando também a  
113 locomoção das Delegadas. Nesse momento, a Conselheira Presidente Rafaela Lupion Mello fez alguns  
114 esclarecimentos, a exemplo da quilometragem que limita o direito a hospedagem (Delegadas residentes até  
115 100kms de distância). Ao ultrapassar, o direito é mantido (Artigo 9º) **°Apresentação do levantamento**  
116 **parcial das ações do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres-** Técnica Rosane Maciel,  
117 representante da Casa Civil. Na sua fala, foi destacado que hoje existe um grupo de trabalho, onde são  
118 apreciados os objetivos, ações e princípios legais do Plano. O diferencial é o orçamento existente, com  
119 dotação para as 90 ações. Parabenizou a equipe, pois trata-se do primeiro Plano que se encontra com  
120 orçamento já previsto. No decorrer da explanação, uma segunda proposta foi relatada, que é justamente  
121 formar uma agenda com as Secretarias, com um grupo constituído para trabalhar as diversidades de uma  
122 forma geral. Esteve presente a Emater abordando as demandas rurais, Escritórios Regionais e a SEDS.

123 Sente-se que o trabalho inter setorial será extremamente positivo; segundo Rosane Maciel, após a  
124 conclusão desse levantamento geral, um documento será apresentado para o Conselho. **°Marcha das**  
125 **Margaridas e Marcha das Mulheres Negras – CUT – Conselheiras Eliane (da CUT) e Delcinéia Serconhuk**  
126 **(FETAEP)**. Foi explanado que a Marcha das Margaridas é um movimento das Mulheres trabalhadoras rurais  
127 que a cada 4 anos se repete, estando já na sua 4º edição. A nomenclatura foi dada em homenagem a  
128 Margarida Alves, assassinada pelo grande latifúndio. Esse movimento busca o debate em direção ao direito  
129 a biodiversidade, sementes crioulas, defesa da terra e da água, veneno na mesa. Em dois dias, centenas de  
130 mulheres aprovam documentos e discutem temas de extrema relevância. Visando essa construção é  
131 utilizada a feitura de uma rifa, no valor de R\$5.00; desse conteúdo R\$2,00 são destinados à organização  
132 das caravanas que irão a Brasília. A Conselheira Eliane (CUT) solicitou a solidariedade e o apoio na  
133 divulgação pelas Conselheiras, objetivando construir a participação do Paraná nessa marcha. A Conselheira  
134 Delcinéia completou as informações, externando que a FETAEP possui Sindicatos em 308 Municípios e  
135 esses também efetuam a venda das rifas, repassando esses valores para a CONTAG (Confederação  
136 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) Planeja-se uma expressiva participação no evento maior em  
137 Brasília, com cerca de 500 mulheres que lá estarão em 10 ônibus. Na sequência, a Conselheira Eliana  
138 Santos (CUT) expôs que esse Colegiado precisa, com urgência, preocupar-se com a constituição das  
139 Comissões, sem as quais os trabalhos ficarão emperrados. Por outro lado, a Comissão de Monitoramento  
140 do Plano poderá ter pauta fixa nas Assembleias. Em resposta, a Presidente Rafaela informou que tal  
141 assunto já é constante da pauta. No mesmo momento, a Conselheira Jussara Ribeiro (SEAB), solicitou  
142 espaço para uma demonstração da EMATER, no que se refere ao trabalho com a mulher rural.  
143 **°APROVADO.** Foi a vez da Conselheira Marli Mussulini (Superintendência do Trabalho /SEDS) propor que a  
144 Suplente Maria Teresa Rosa estará disponível para abordar questões referentes à mulher no mercado do  
145 trabalho e violência doméstica (Agência do Trabalhador) – **APROVADO.** Seguindo, pediu a palavra a  
146 Conselheira Rosalina Batista, representante da ASSEMPA, desejosa de efetuar um relato. Segundo ela, o  
147 Ministério do Trabalho multou a empresa Big Frango, estabelecida no Município de Rolândia, tendo em vista  
148 inúmeras denúncias sobre mulheres já mutiladas pelas condições de trabalho. Uma das situações relatadas  
149 que vitimiza essas trabalhadoras, é a longa permanência dentro da câmara fria, além do não  
150 reconhecimento dos atestados. Diante de tal contexto, a Presidente Rafaela Lupion Mello sugeriu contatar o  
151 Ministério Público do Trabalho, solicitando a participação de uma representante para prestar os devidos  
152 esclarecimentos a este Conselho. Ademais, outra solicitação deverá ser remetida ao MPT de Londrina, para  
153 esclarecimentos. Levando em conta os questionamentos anteriores, a Presidente do CEDM, Conselheira  
154 Rafela L. Mello informou que mediante deliberação deste colegiado, as Comissões deverão reunir-se no  
155 período da manhã mediante convocação, e a tarde será destinada às atividades da plenária. Lembrando  
156 que cada Comissão terá uma Coordenadora e uma Relatora. A composição anterior dessas Comissões será  
157 encaminhada às Conselheiras, via *e-mail*, e as possíveis alterações deverão ser formalizadas à Secretaria  
158 Executiva, aguardando as mudanças oficiais que virão após a tramitação do projeto de lei na Assembleia  
159 Legislativa e posterior sanção governamental, em que constará a nova composição governamental. Sugeriu  
160 a Conselheira Eliana (CUT) que as Comissões sejam encaminhadas como estão e na próxima reunião de  
161 junho, as Conselheiras apreciarão, verificando o seu interesse real. Avaliou que a Sociedade Civil já está  
162 ciente, necessitando a recomposição do segmento governamental, de acordo com a nova lei que alterará a

163 Lei nº 17.504/2013. Na manifestação da Presidente Rafaela, foi definido que a composição atual das  
164 Comissões será encaminhada às Conselheiras. Na Assembleia de junho, abre-se para possíveis alterações,  
165 reestrutura e aguarda-se a aprovação da Lei para novas adequações. - **APROVADO**- °Projeto Mulher  
166 Campeira. Esse foi um momento especial proporcionado pela Conselheira Maria Isabel Corrêa,  
167 representante da União Brasileira de Mulheres. Dona de uma voz forte e ao mesmo tempo melodiosa, a  
168 Conselheira brindou a plenária com uma belíssima interpretação por ela mesmo composta. A música em  
169 questão fala de Margarida Alves e foi também cantada numa marcha em Brasília, do alto de um carro de  
170 som. Naquela ocasião, a marcha congregou 70 mil mulheres e o Estado de Pernambuco mostrou que tem  
171 um movimento feminista dos mais fortes, conseguindo mobilizar participantes que lotaram 100 ônibus. A  
172 Conselheira Maria Isabel foi aplaudida entusiasticamente pelas Conselheiras e o seu dom foi muito elogiado  
173 pela Presidente Rafaela. **°Proposta de formação do Comitê de Avaliação e Monitoramento do Plano**.  
174 Foi formada sua composição (redefinição) de acordo com a disponibilidade das conselheiras. -  
175 **APROVADO** **°Palavra das Conselheiras**: Levando em conta o momento propício, a Conselheira Rosalina  
176 Batista (ASSEMPA) que preside o Conselho Municipal de Londrina, trouxe em mãos o Ofício nº 131/2015,  
177 com o objetivo de repassar à Delegada e Conselheira Eunice Vieira Bonome que representa a Secretaria de  
178 Estado da Segurança Pública, neste Colegiado. O conteúdo versa sobre a Delegacia da Mulher daquele  
179 Município, que pleiteia uma Delegada exclusiva para o desempenho dos serviços. A Delegada Eunice  
180 (SESP), desde logo esclareceu que esse mesmo ofício já foi recebido em duplicidade, gerando o Protocolo  
181 nº 13.593.923-4 já devidamente encaminhado. Destacou que para se obter um número maior de servidores  
182 se faz necessária a abertura de concurso público; porém o que se faz na atualidade é um remanejamento a  
183 fim de se atender as demandas. Sugeriu à Conselheira Rosalina, que seja elaborado um informe ao  
184 Ministério Público, comunicando que já se fez o devido encaminhamento e o número do Protocolo. Quanto  
185 aos demais assuntos, a todos foi dada a devida atenção para uma solução plausível. Na questão da  
186 violência doméstica, comunicou que a vítima chega, é ouvida e já recebe as medidas protetivas. O ponto  
187 seguinte contou com a fala da Conselheira Maria Isabel (UBM), que abriu um convite às Conselheiras, vindo  
188 da parte do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Como em junho vão  
189 acontecer as Conferências Municipais, solicitou ajuda na divulgação pelas redes sociais, uma vez que serão  
190 debatidas questões relevantes tais como doenças associadas, alimentação escolar e outras. Já ao final da  
191 reunião, a Conselheira Eliana dos Santos, representante da CUT, evidenciou que tinha em mãos uma  
192 manifestação de apoio aos educadores que permanecem em greve, há cerca de 01 mês, contrários às  
193 alterações da Paraná Previdência e reajustes salariais. Foi realizada uma mediação pelo Ministério Público,  
194 porém as negociações com o governo têm sido frustradas. Segundo ela, trata-se de um movimento legítimo,  
195 do qual 85% dos participantes são mulheres. A Presidente do Conselho Rafaela Lupion Mello ressalta que  
196 não se trata de uma moção do CEDM, mas respeita a liberdade de expressão individual de cada  
197 conselheira e aduz que as conselheiras estão à vontade caso desejassem firmar suas assinaturas nesse  
198 manifesto, mas individualmente e não em nome do Conselho (CEDM). **°Informe da Conselheira Josiane F.**  
199 **Liz**: - Dia 02/06, às 13:30 horas, na Câmara Municipal- Audiência Pública - **“Salário igual, Trabalho igual”**,  
200 com a presença do político Paulo Paim. **°Conselheira Rosalina**: - Dia 03/06. Expomed - **“Seminário Nacional**  
201 **de Mastologia”**. Vencida a pauta dessa manhã, a Presidente Rafaela dirigiu agradecimentos às presentes,  
202 dando por encerrada esta Assembleia. • **Encerramento**: A Presidente Rafaela encerrou a reunião

203 agradecendo a presença de todas. A presente Ata foi elaborada por Regina Amasiles Rodrigues  
204 Costa, digitada por Reginaldo Tera e depois de lida e aprovada, será anexada à cópia da lista  
205 de presença assinada pelas Conselheiras presentes na reunião.